

IDOSO E POBRE NA SOCIEDADE PERIFÉRICA CAPITALISTA: UMA QUESTÃO DE CLASSE SOCIAL. Jailde Fontes Vasconcelos (graduanda em geografia bacharelado – Universidade Federal de Sergipe); Núbia Dias dos Santos (doutoranda em geografia – Universidade Federal de Sergipe) 1202

1. Resumo:

O envelhecimento populacional é uma conquista do avanço científico e tecnológico nas áreas médica e de saneamento e consequência das mudanças dos valores da sociedade contemporânea que tem resultado na diminuição da taxa de fecundidade. Para além da elevação da expectativa de vida é importante analisar qual qualidade de vida está sendo oportunizada para a sociedade em todas as faixas etárias e classes sociais. Pensar o envelhecimento populacional significa pensar o modelo de sociedade gestado sob a égide do capitalismo que retira do homem a sua condição de SER colocando-o como apêndice da máquina, produtor de mais-valia. A sociedade ao ser condicionada a se perceber apenas enquanto força de trabalho, não consegue, principalmente nos países periféricos, resgatar a sua condição de gente, sujeito e pessoa humana, ao longo da sua história de vida e muito menos quando atinge a idade necessária para deixar de ser mão-de-obra. No Brasil, conhecido como um país de população predominantemente jovem, a participação do idoso vem aumentando consideravelmente e encontrando como maior problemática a falta de preparo e/ou compromisso da sociedade e do próprio Estado em possibilitar uma vida digna a terceira idade. As transformações demográficas mais significativas ocorreram no país a partir da década de 1970, com a industrialização nas cidades e a modernização no campo. Desde então as taxas de natalidade e mortalidade são decrescentes, provocando uma relativa estagnação do crescimento vegetativo e consequente mudança na contituição da pirâmide etária brasileira. É necessário colocar o avanço da tecnologia, dos meios científicos e informacionais a serviço do coletivo da sociedade, para que a vida tenha novo significado e atingir a terceira idade seja de fato uma prazerosa e feliz conquista para todos indistintamente.

2. Palavras-chaves: Envelhecimento populacional –avanço tecnológico – cidadania.

Eixo Temático: Geografia de la América Latina em trans formación política y social.

Resumen

El Envejecimiento de la población es una conquista del adelanto científico y tecnológico en las áreas médicas y saneamiento y consecuencia de los cambios en los valores de la sociedad contemporánea que ha resultado en orden decreciente de la tasa de fecundidad. Además de la elevación de la esperanza de vida es importante analizar la calidad de vida que está siendo oportunizada para la sociedad para todas las edades y clases sociales. Pensar el envejecimiento de la población significa pensar en un modelo de sociedad gestado bajo los auspicios del capitalismo elicitor que retira del hombre su condición de persona enxergando-o como apêndice de la máquina, producto de valor añadido. La sociedad al ser acondicionado para realizar sólo mientras fuerza de trabajo, no logran , en los países periféricos principalmente, redimir su condición de gente, sujeto y persona humana, en toda su historia de vida y mucho menos cuando llega a la edad requerida para dejar de ser mano-de-trabajo. En El Brasil, conocido como un país de población predominantemente joven, la participación de los ancianos está aumentando considerablemente y encontrando como lo más problemático la falta de preparación y/o de compromiso de la sociedad y del propio Estado que no permiten una vida digna a la tercera edad. Los cambios demográficos más importantes en el país

desde ocurrió em el decenio de 1970, con la industrialización en las ciudades y modernización en el campo. Desde entonces las tasas de natalidad y de mortalidad están disminuyendo causando un relativo estancamiento del crecimiento vegetativo y la consiguiente cambio en la constitución del brasileño pirámide de edades. Es necesario que el avance de la tecnología, la ciencia y de la información estea al servicio de la colectividad de la sociedad, de manera que la vida tenga nuevo significado y lograr la tercera edad sea en realidad una placentera y feliz conquista para todos indiscriminadamente.

Palabras clave: el envejecimiento de la población -- avanço tecnológico — ciudadanía.

3. Introdução:

O modelo de sociedade capitalista ancorado em bases extremamente perversas voltado para o mercado e o lucro, coisifica e mercantiliza tanto as relações efetivamente econômicas, quanto as de cunho afetivo, emocional e social. O capitalismo periférico ocidental, prima pelo individualismo, pela indiferença, pela competição entre os seres humanos, que destituídos da sua condição de SER, (humano, gente, pessoa, indivíduo), são inseridos no conjunto da sociedade enquanto força de trabalho a serviço do capital.

A configuração do capitalismo periférico ancorado no Brasil ocorreu promovendo novas feições de exclusão, se levar-mos em consideração como a sociedade foi sendo estruturada após a invasão portuguesa, quando o território deixou de ter uma função e papel de uso pelas nações indígenas para se transformar em espaço de troca. Nasce o território da exclusão, privilégio de poucos que ao longo da história do país vão marcando sua presença e desenhando um projeto político pautado pela expropriação, exclusão social, política e econômica de grande parcela da população.

A elite hegemônica conseguiu manter-se no poder afastando e impedindo que a população tomasse assento no cenário político, ficando assim alijada da participação e construção de um projeto de país mais democrático, participativo e menos desigual. Foi destinado ao conjunto expressivo da população o simples papel de força de trabalho, braços alienados e servis aos capitalistas sem uma leitura crítica da realidade e do mundo que o cerca. Aliado a apatia, consolida-se um palco de servidão, de espera, da criação e manutenção das práticas paternalistas e coronelistas, uma vez que a história do Brasil é também a história da ausência do povo Brasileiro nas decisões de poder tendo em vista a sua não cidadania e/ou a cidadania que foi negada, aviltada pelo poder político e econômico de uma minoria.

A reflexão a que destina este trabalho diz respeito à leitura da realidade vivenciada pela população brasileira no que se refere às transformações demográficas em andamento e as projeções do porvir, a partir do corte analítico do envelhecimento populacional, este sendo analisado a partir do avanço do meio técnico científico informacional, das mudanças de comportamento da sociedade global, e pela cidadania negada a população ao longo da sua vida e que atinge seu ápice quando esta parcela não pode mais servir ao capital na condição de força de trabalho e perde seu papel na sociedade de consumo e não consegue se inserir na sociedade digital.

O centro da análise busca ir além da questão específica da faixa etária, para refletir sobre o que significa ser idoso e pobre na sociedade de classes, no sistema capitalista, na periferia do sistema, com um Estado indiferente e ausente para as questões sociais, um Estado de mal estar social. A questão a ser apresentada visa

entender e refletir o envelhecimento populacional no Brasil como uma questão de classe social e não simplesmente uma questão geriátrica ou especificamente de política pública de assistência social.

4. Envelher na sociedade de classes capitalista e periférica: o desafio de ser idoso pobre no Brasil.

Ao longo da história do Brasil propagou-se a ideologia de um país habitado por uma população eternamente jovem e que o subdesenvolvimento seria uma etapa a caminho do desenvolvimento. Muitas gerações foram motivadas e embaladas ao som de músicas como: “*Esse é um país que vai pra frente, RôRôRôRô... É um país que canta, trabalha e se agiganta. É o Brasil de nosso amor!*”, utilizadas pela estrutura de poder dominante para propagar a ideologia do sucesso, riqueza e grandeza futuras do País, a serem conquistadas com a dedicação e o suor da classe trabalhadora e assim mascarar a realidade de pobreza vivenciada por quantitativos expressivos da população diante da estrutura de poder arcaica e conservadora. Os pobres foram motivados para construir um país grande afim de no futuro colher a sua fatia no bolo.

Mesmo para os que ainda teimam em afirmar que o Brasil é um país com uma população composta predominantemente de jovens, principalmente quando comparado ao velho mundo, essa realidade vêm se modificando numa velocidade muito acelerada sem que o conjunto da sociedade e o próprio Estado estejam preparados e/ou devidamente comprometidos para colocar em prática projetos e ações que visem possibilitar a população idosa uma vida digna, se de fato teimar-mos em manter o corte analítico da classe trabalhadora a partir da sua composição etária e primar-mos por um modelo de sociedade que vise a fragmentação da classe e a realização de políticas pontuais e selecionados por gênero e/ou por idade. O país, seguindo o mesmo passo dos que compõem o capitalismo periférico estará completando em algumas décadas transformações demográficas que demoraram de um a dois séculos para se concretizarem na Europa (BECKER e EGLER, 1994: 171).

As previsões demográficas nos mostram que em meados do século XXI não seremos mais um país de jovens e a população de idosos superará os 20% da população total, ultrapassando inclusive o número de crianças. “Os desafios englobarão aspectos sócio-espaciais, culturais, econômicos, políticos e demográficos. Converter esse contexto de desafios em oportunidades ou ameaças está nas mãos das sociedades e dos governos”. (MENESES, 2006: 116). A tabela 1 mostra como o comportamento demográfico que vem se processando no Brasil desde 1872 até 1991.

Tabela-1: Comportamento demográfico brasileiro – 1872 a 1991.

	1872 a 1890	1891 a 1900	1901 a 1920	1921 a 1940	1941 a 1950	1951 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1991
Taxa de Natalidade (%o)	46	46	45	44	43	43	39	33	27
Taxa de Mortalidade (%o)	30	27	26	26	19	13	10	8	7,7

Crescimento Vegetativo (%o)	1,6	1,9	1,9	1,9	2,4	3,0	2,9	2,5	1,9
------------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Censo demográfico de 1991 (IBGE)

As mudanças pelas quais a estrutura demográfica brasileira vem passando, é resultado da equação que envolve, as taxas de natalidade e de mortalidade decrescentes, que por sua vez implica na redução do crescimento vegetativo. Como não há renovação da população em proporções significativas e a partir da ampliação contínua da expectativa de vida, ocorre o crescimento da participação dos idosos no conjunto total da população.

Para melhor entender o comportamento e o significado destas mudanças a tabela 2 apresenta a composição etária da população brasileira, a partir da faixa etária entre os anos de 1940 e 1991. Uma leitura menos atenta pode considerar que a mudança não é significativa e que há mais exagero do que uma análise imparcial. Se o corte analítico temporal for curto talvez seja possível, mas não prudente, relativizar os dados e esperar o que irá acontecer nos meados do século XXI. Se, no entanto, observarmos que o padrão do comportamento populacional mudou, os avanços tecnológicos tendem a contribuir para o contínuo crescimento da expectativa de vida, os idosos gritam para serem incorporados na leitura demográfica e fazerem parte das políticas populacionais, econômicas e sociais de maneira que se evite no futuro próximo um colapso nestes setores quanto nos valores morais, éticos e humanos.

Tabela-2: A composição etária da população brasileira – 1940 a 1991.

Faixa etária	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Jovens	53,3	52,3	52,9	52,7	48,5	47,6
Adultos	42,6	43,1	42,4	42,2	45,0	44,9
idosos	4,1	4,6	4,7	5,1	6,5	7,4

Fonte: Censo demográfico de 1991 (IBGE)

No gráfico 1 visualizamos a evolução da população brasileira, no tocante aos extratos das crianças e dos idosos entre 1940 e 2005 e as estimativas percentuais para as décadas posteriores até o ano de 2020. A distância apresentada em 1940 entre crianças e idosos que era de 38,5% para as primeiras em relação aos últimos tende a ser de apenas 10,7% em 2020, havendo assim uma aproximação entre estes dois extratos de idade.

Gráfico 1: Evolução e Estimativa da População Brasileira (1940 a 2020).



Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1940-2020. Projeto UNFPA BRASIL e Sistema integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos.

A década de 1970, segundo o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro era de 57,5 anos. Essa década marca transformações significativas no Brasil, como a mudança expressiva da população do meio rural para o espaço urbano: propaga-se a ideologia de que deixamos de ser um país agrário graças à ação do Estado que promove de fato o êxodo rural, para dar conta de dois projetos: na cidade desencadear a industrialização que necessitava da mão-de-obra fixada até então no campo, como também do quantitativo de reserva de valor para servir de indexador para baixo dos salários; no espaço rural inicia-se a modernização conservadora, pautada no financiamento dos latifúndios até então improdutivos, para a produção das monoculturas de exportação.

No entanto, a propaganda cada vez mais crescente de que o Brasil é um país urbano, visa promover a ideologia de que o espaço agrário já cumpre seu papel na economia nacional, graças à atualização do agronegócio. Sendo assim, não há necessidade em realizar uma reforma agrária sob perspectiva econômica já que os agroexportadores já resolveram esta questão, nem tão pouco no âmbito social, se a população vem residindo no urbano e há esvaziamento do campo, torna-se contra senso investir no mesmo.

O Estado cumpre o seu papel de financiador da economia voltada para atender aos interesses do capital nacional e internacional, abrindo mão de uma política pública inclusiva, é um Estado conservador e desenvolvimentista, sem nenhuma preocupação nem compromisso com as questões de ordem social que envolve a população trabalhadora.

Há uma mudança brusca da população do campo para a cidade que ao ser expulsa não lhe é permitido se inserir no urbano na condição de proprietário de um meio de produção, mas exclusivamente como força de trabalho, assim como a veloz industrialização deixam marcas na organização do espaço com a entrada em cena dos agentes sociais excluídos que irão se apropriar dos espaços nas áreas denominadas de ocupação irregular, invasão, áreas de risco ambiental, construindo as favelas e palafitas com reflexos também no cenário sócio econômico.

Esse novo cenário brasileiro possui características importantes nas relações entre os indivíduos como: a maior participação da mulher no mercado de trabalho, a qual diminui a taxa de fecundidade entre estas, o aumento da expectativa de vida que acontece graças ao avanço tecnológico, o qual diminui a taxa de mortalidade, e pela

redução dos movimentos migratórios, quando a cidade vai perdendo o seu poder de atração.

No âmbito da lei a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 230 reza que: A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito a vida. Cabe destacar neste aspecto, como o idoso pobre é colocado na condição de dependência, como se já estivesse sem a sua faculdade mental e intelectual e assim desprovido de autonomia, liberdade, vontade, desejos e opiniões, um peso a ser primeiramente amparado pela família e em último caso pelo Estado. Se atentarmos para o fato de que vivemos sob a égide de um estado de mal estar social, o destino do idoso no Brasil será o abandono e o asilamento.

A Igreja Católica por sua vez, durante a Campanha da Fraternidade em 2003, chamou a atenção da sociedade para a questão relativa ao idoso no Brasil com o tema “Fraternidade e Pessoas Idosas” e o lema “Dignidade, vida e esperança” visando assim despertar e estimular o governo para uma atuação mais efetiva no que se refere a esta parcela da população que corresponde também a grande maioria dos fiéis.

5. Espacialização do idoso no território brasileiro.

O processo de envelhecimento demográfico é observado em todas as regiões do território brasileiro. A diferença quantitativa do idoso entre elas está diretamente relacionada com a formação populacional em cada região no decorrer da história do país, tendo em vista também como nestes espaços se comportaram de forma diferenciada os movimentos migratórios e as taxas de natalidade e mortalidade.

A importância da consideração da dimensão espacial na análise populacional, particularmente da população idosa, vincula-se ao fato de que o número de pessoas e seus atributos, em diferentes lugares e em diferentes momentos, são relevantes para diferentes propósitos como negócios, planejamento territorial, questões sociais e políticas etc. (GUIDUGLI, 2000:2245).

A região sudeste é a que possui maior número de idosos, principalmente na cidade de São Paulo, pois em 1970 exercia uma grande atração para migrantes, que viam possibilidades de emprego com a industrialização, além de ser um local de destino para muitas pessoas da área rural a partir da modernização das lavouras. Esses migrantes se fixaram na região no mesmo período em que a taxa de fecundidade diminuiu.

O Nordeste possui a segunda maior população de idosos justificada por se constituir na área de ocupação mais antiga do país, concentra o maior contingente populacional. Essa região era mais populosa, justamente pela origem da ocupação litorânea do país. No entanto, perdeu parte dos seus habitantes para o sudeste e para o norte através das oportunidades que essas regiões ofereciam. Quando essas deixaram de ter atrativos empregatícios, o nordeste recupera uma boa parte de seus habitantes com as migrações de retorno e perde um número menor de pessoas com a diminuição dos movimentos migratórios. Essa região apresenta, segundo o IBGE, atualmente, a maior taxa de mortalidade infantil do Brasil: 38,5%. Esta influencia no crescimento vegetativo e conseqüentemente numa população mais velha.

No Sul do país, a quantidade de idosos apenas perde para as regiões citadas anteriormente, pois a região é formada por uma população de descendentes europeus que

se fixam no território e diminuem a dinâmica migratória entre 1920-1970. Todavia, cresce a qualidade de vida e se estimula com isso, a migração interna, sobretudo de paulistas e mato-grossenses para as lavouras do Paraná. Entretanto, retornam para o sudeste a partir de 1970 com a participação no projeto de colonização da Amazônia e com eles partem paraenses e gaúchos para o Mato Grosso e Rondônia. Essa região possui um dos menores índices de crescimento demográfico do Brasil, o qual mostra a diminuição da taxa de fecundidade e o envelhecimento de seus habitantes.

As regiões Centro-oeste e Norte possuem as menores taxas de participação de idosos na composição de suas populações, mesmo assim, são números consideráveis que comprovam que elas não fogem a regra do restante do país. A primeira recebe grande contingente de migrantes durante e logo após a construção de Brasília e a segunda é povoada a partir de 1970 através do incentivo do governo militar que pretendia colonizar a região.

A síntese da espacialização do idoso no Brasil por cada região do país, pode ser visualizada na tabela 3, quando são expressos os valores absolutos nos anos de 1991 e 2000, o que possibilita analisar o crescimento ascendente dos idosos em cada uma das cinco regiões do país.

Tabela-3: Distribuição da população idosa nas regiões do Brasil

1991-2000

Região	População 60 anos ou mais de idade		
	1991	2000	%atual
Sudeste	4.984.058	6.732.888	9,3
Nordeste	3.087.586	4.020.857	8,4
Sul	1.699.531	2.305.348	9,1
Centro-Oeste	487.573	769.865	6,6
Norte	463.957	707.071	7,7

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1991/2000. *(modificada)

Pensar a espacialização da população e dentro desta a participação dos idosos que somam em torno de 14,4 de milhões de pessoas, deve servir para promover reflexões relativas a própria dinâmica e organização espacial, no que se refere ao atendimento das necessidades específicas demandadas por um coletivo que na condição de sujeito e ator social precisa ser reconhecido como tal. Neste sentido o ordenamento territorial-espacial pode representar antes de novo ônus para os cofres públicos, novas possibilidades de negócios para empresas especializadas, com abertura de novos campos como também a produção de equipamentos e prestação de serviços.

Assim, no processo inacabado de busca da novidade, entram em cena os “novos sujeitos”, “novos usuários” que teriam “novas necessidades”. Essas novidades seriam produtos das transformações da sociedade capitalista, vividas, mundialmente, a partir de modos dos anos 70, que trazem consigo a necessidade de redefinir os modos de regulação econômicos e sociais. (PASTORINI, 2004:16)

Esta nova realidade vista como possibilidade de trabalho nos países de capitalismo avançado, se transforma em obstáculo no Brasil, pelo fato de que uma massa considerável da população idosa sobrevive do salário advindo da aposentadoria, o que restringe o seu campo de consumo para remédios e alimentação básica, quando não se constituem nos responsáveis pela sobrevivência da família.

Tabela-4: Rendimento mensal dos idosos no Brasil – 1991 a 2000.

Regiões do Brasil	Rendimento nominal mensal das pessoas de 60 anos ou mais de idade (R\$)					
	1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	403,00	477,00	168,00	657,00	739,00	297,00
Norte	300,00	364,00	197,00	438,00	502,00	280,00
Nordeste	224,00	298,00	115,00	386,00	474,00	198,00
Sudeste	536,00	576,00	224,00	853,00	879,00	398,00
Sul	382,00	438,00	221,00	661,00	730,00	399,00
Centro-Oeste	440,00	477,00	279,00	754,00	789,00	546,00

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1991/2000 *(modificada)

6. O despertar da consciência da velhice no Brasil.

A composição demográfica da população brasileira, com a participação ascendente dos idosos, demanda novos desafios para o Estado, governos, sociedade e a família, no que se refere a necessária tomada de consciência da presença dos sujeitos sociais que podem e devem ser tratados enquanto cidadãos que merecem como todos dignidade, respeito e condições materiais que lhes permitam uma qualidade de vida digna.

Cabe ao Estado elaborar e fazer cumprir leis que integrem social, econômica e politicamente os idosos, de forma que esta fase da vida seja de fato encarada como ganho no aspecto tecnológico quanto nas possibilidades de interação dos sujeitos que compõem a sociedade como um todo.

Torna-se contradição a luta travada pelo homem para, a partir do avanço nas áreas da saúde aliada ao conhecimento tecnológico, a busca incessante pela elevação da expectativa de vida, se na prática esta significar apenas a ampliação da penosidade, da exploração, do sofrimento, da exclusão social e econômica. Se queremos viver mais, a expectativa é que a qualidade de vida venha indequistada.

Neste aspecto precisamos olhar a organização do espaço como espaço do homem e como espaço do homem envelhecendo, que com o passar dos anos, tende a perder determinadas condições de agilidade física, por exemplo, necessitando que a sua nova estrutura física psicoemocional, intelectual sejam levadas em consideração no momento da elaboração e execução de políticas territoriais.

No dia a dia questões básicas como deslocamento precisam ser repensadas. As vias de circulação existentes foram planejadas de acordo com as necessidades econômicas de praticidade e rapidez que dificulta a mobilidade do idoso, expondo este aos riscos de acidentes e quedas. Outra dificuldade percebida é o fato de os meios de transportes coletivos não pararem para os idosos além do mau atendimento dedicado a estes pelos motoristas, cobradores e passageiros mais jovens. Para que o idoso possa transitar ao menos por onde vive a estrutura do local deve estar em boas condições. Tudo parece ser pensado para jovens e saudáveis. Essa situação leva muitos idosos a certo isolamento social, por que sentem as dificuldades de acessibilidade e de deslocamento (MENEZES, 2006: 134).

A questão da acessibilidade na estrutura diz respeito, principalmente, aos locais e serviços que são postos como direito de todos os cidadãos: Saúde, Previdência, Mercado de Trabalho, Educação e Lazer. Com a garantia de acesso a esses serviços o envelhecete estaria seguro sobre sua integridade física, econômica, social e emocional.

As condições de saúde pública em todo Brasil são precárias, com falta de médicos, aparelhos, medicamentos e da devida responsabilidade de muitos profissionais desse setor. Com relação ao idoso esse problema é agravado, pois segundo o perfil sócio-demográfico dos idosos brasileiros elaborado pelo SESC em 2006, a grande maioria dos idosos (81%) possui alguma doença (hipertensão, problemas na visão, coluna, cardíaco, de colesterol alto, diabetes...), esses quando demandam o consumo de medicamentos necessitam de recursos financeiros para obtê-los.

Para muitos essa realidade implica em comprometer a sua exígua saúde a fim de adquirir os medicamentos prescritos. A demanda por esse serviço aumenta sendo que dificilmente possui profissionais especializados nos postos de saúde e os médicos do Programa Saúde da Família só alcançam 3% dos envelhecetes do país.

A aposentadoria também deve ser repensada, pois é direito de todos com mais de 65 anos, não sendo sinônimo de tranquilidade para os brasileiros. Infelizmente a idéia de que a previdência brasileira foi desenhada em modelos de longo prazo tendo por fundamentos projeções demográficas que acabaram por não se verificar, colocando por água abaixo a lógica do equilíbrio coletivo, baseada num regime que seria sustentável se o número de trabalhadores ativos (jovens) continuassem crescendo, é utilizada como desculpa para o quadro de déficit pelo qual esse setor do Estado atravessa.

Na verdade, esse déficit não aconteceria se a contribuição de muitos trabalhadores ativos fosse investida exclusivamente na previdência e não desviada para outros setores do Estado. No entanto, para tentar solucionar esse problema, vários serviços que eram oferecidos por esta aos seus segurados foram cortados, como o plano de saúde previdenciário, para conter despesas e os processos de aposentadoria passaram a serem bem mais burocráticos.

Segundo MENEZES 2006, a renda insuficiente é um dos principais problemas enfrentados pelos idosos, o que lhes impede de aproveitar essa etapa da vida com certo bem-estar e os condena, muitas vezes, a viver na pobreza. Por questões de sobrevivência muitos idosos são obrigados a continuarem ou retornarem ao mercado de trabalho.

Além da necessidade econômica, o trabalho representa um fator de integração e engajamento social, dessa forma, o envolvimento social com outras pessoas caracteriza a subjetividade que é atribuída ao trabalho no decorrer da vida.

Na área educacional a situação dos idosos revela baixo nível de escolaridade e um índice significativo de analfabetismo. É importante considerar que essa população, hoje idosa, não teve maiores possibilidades de estudar quando mais jovens, o que causa muitas limitações aos envelhecidos pois diminui suas chances de ampliar sua vida social e exercer a cidadania para garantir seus direitos.

O desenvolvimento educacional do idoso não é necessário apenas para que este viva em sociedade, mas também para garantir sua permanência ou retorno para o mercado de trabalho, já que a aposentadoria não lhes garante uma boa condição de vida, quando muitos desses idosos continuam sendo o maior provedor econômico de toda família.

Como qualquer pessoa, em qualquer idade, o idoso necessita de momentos de lazer que, adaptados, devem ser aliados à projetos de melhoria de qualidade de vida. A cidadania do idoso é conquistada, principalmente, quando este pode aproveitar essa fase da vida de maneira dinâmica e saudável.

No entanto o Estado oferece poucos projetos e espaços para lazer dos envelhecidos, o que não deveria acontecer, pois, atualmente, envelhecer não é sinônimo de tristeza e isolamento. Segundo Bacelar (2002), até em seu momento de lazer o idoso deve se sentir útil, então, necessita-se de projetos apoiados pelo Estado, pois não basta culpá-los com tarefas ou ações sem objetivos, como se faz geralmente nas casas geriátricas.

Outro fator de fundamental importância na vida de quem está envelhecendo é a convivência em sociedade. Esta torna-se cada vez mais complicada pois o idoso não é visto com bons olhos pelos mais jovens.

A população brasileira, considerada jovem durante muito tempo, não se preocupou em cuidar da dignidade e bem estar do idoso. Nossa sociedade, na ânsia pela modernização, traduzida pela rapidez das informações e ritmo acelerado de transformações, marginalizou o idoso, este perde grande parte do seu papel social, tendo em vista que deixa de trabalhar e produzir capital.

Os conceitos que são esculpidos na mentalidade do povo durante todo um processo educacional, exclui o idoso de maior parte dos relacionamentos sociais.

Se a sociedade não modificar o seu comportamento, a sua percepção sobre a velhice, torna-se muito difícil reverter a atual situação. Não basta tomar providências porque se evidencia uma “sociedade de velhos”, é preciso que sejamos esclarecidos sobre a realidade do idoso, que vive uma etapa da vida, do desenvolvimento do homem. (BACELAR, 2002: 129).

O respeito e a dedicação que deveria partir, primeiramente, do núcleo familiar, muitas vezes não acontece. O idoso é visto pela família como uma pessoa incapaz, a qual deve passar o resto da vida a descansar, tomar remédios, ir ao médico e, numa possibilidade remota, caminhar um pouco pela praça. A educação que nos é dada durante a infância e a juventude nos ensina a respeitar os mais velhos e, esquecem de destacar que as pessoas da terceira idade são seres humanos que continuam a viver a partir de suas necessidades e desejos, que a velhice não é uma doença e sim uma etapa da vida a qual todos pretendem chegar providos de um relativo bem-estar social.

Segundo Carstensen (1995), o contato familiar torna-se mais importante na velhice, justamente a fase que o indivíduo passa a maior parte do tempo sozinho. Essa instituição representa o primeiro núcleo social do homem e exerce forte influência sobre nossa maneira de ver o mundo e de administrar nossa afetividade, muitas vezes, abandona o idoso ao invés de retribuir os anos de dedicação e trabalho a ela devotados.

Para o idoso, ser abandonado ou sofrer por violência e maus-tratos pela família significa uma decepção afetiva muito forte, a qual pode levá-lo à depressão, com aqueles para quem ele dedicou boa parte de sua vida. Muitas famílias, por desprezo ou por falta de condições, acabam deixando-os em entidades assistenciais ou transferindo para o Estado a responsabilidade de lhes garantir uma vida digna.

Quando falo dessa necessidade urgente e tardia de tomar consciência da velhice, não me refiro ao assistencialismo, à caridade, ao tomar conta, refiro-me, primeiro, a uma conscientização de que não é doença; segundo, a que o velho, sendo saudável deve cuidar de si mesmo, (...); terceiro, além de um tratamento idêntico às pessoas mais novas, a que ele deve ser respeitado, seu direito como pessoa. Como se vê, as soluções para os problemas da velhice residem no social, embora não seja uma tarefa fácil pois existe uma idéia cristalizada do perfil do “ser velho. (BACELAR, 2002: 131)

Apesar de existirem várias entidades assistenciais, como asilos e casas geriátricas, as quais teriam por finalidade a prestação de um atendimento adequado ao idoso, infelizmente, em poucos casos acontece, mesmo assim, continuam funcionando em condições precárias tornando-se verdadeiros “depósitos de idosos”. Além disso, segundo Dias e Arruda (2005), não existe um cadastro confiável sobre o número de asilos existentes no Brasil e quais as condições de atendimento, mas os poucos dados coletados trazem sinais de que o quadro é desolador.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O Brasil apresenta um quadro de envelhecimento populacional destacando-se , de maneira geral, por não cuidar adequadamente de sua nova demografia. Daqui por diante, caminhamos para um país, o qual não será mais composto por jovens. Sendo assim, pesquisadores, Estado, sociedade e família devem, urgentemente, considerar uma série de novas questões, pois para esse processo demográfico ainda não é oferecida a devida atenção.

Essa transformação populacional deve ser considerada uma conquista social. Segundo Haddad (2001), o ambicioso prolongamento da vida torna-se cada vez mais realidade. Contudo, discutir e planejar o Brasil levando em conta esse processo é de fundamental importância, pois a rápida expansão da população idosa tem produzido inúmeras conseqüências às quais geram alterações nas realidades dessas pessoas. É importante destacar que, além do Estado, a sociedade e, principalmente a família devem assumir suas devidas responsabilidades diante dos idosos.

O Estado deve planejar espaços culturais, de capacitação e lazer para a terceira idade. Melhorar as condições de acessibilidade aos lugares, corrigindo bloqueios arquitetônicos e adaptando os sinaleiros. Considerar em seu planejamento as novas necessidades na área da saúde capacitando profissionais e aumentando o número de leitos geriátricos. A previdência, que deveria assegurar os meios indispensáveis de manutenção da vida, também é responsabilidade do Estado, este deve ser mais

responsável na fiscalização do processo de aposentadoria, para que o modelo vigente seja capaz de assegurar esse direito aos idosos.

Muitos não recebem este benefício por não estarem conscientes de seus direitos. Esse fato é mais destacado quando chegamos à área rural, onde grande quantidade de envelhecidos não possui sequer o registro de nascimento, ou seja, são inexistentes para o Estado. Um levantamento dessa população, pelos interiores brasileiros, seria de grande importância para garantir certa qualidade de vida na velhice.

A educação é outro setor que deve sofrer modificações, tanto no atendimento as crianças, jovens e adultos quanto aos idosos, pois tem a obrigação de participar efetivamente das transformações que ocorrem no país, conscientizando os cidadãos. Com os mais jovens, a inclusão de um conteúdo didático que modifique a visão que temos do “ser velho” ou de como tratar essas pessoas seria um primeiro passo. Já com o idoso, esse processo ajudaria numa melhor aceitação de se mesmo e uma reintegração ao mercado de trabalho ou de uma vida mais sociável.

A educação é outro eliciador de mudanças, (...), Para a velhice, a atitude inicial seria de uma reciclagem ou preparação de todos os professores, desde o jardim-de-infância às universidades, com informações sobre essa fase da vida não deturpada pelo contágio dos estereótipos sociais. A segunda etapa educacional seria direcionada a inclusão, desde a entrada na escola, do estudo sobre a velhice. Esse trabalho obedeceria aos princípios didáticos mais chamativos, para que a imagem do idoso começasse e se formar no indivíduo como um fator positivo de uma realidade nele mesmo, com o passar do tempo. (BACELAR, 2002: 133).

Para uma maior empregabilidade do envelhecido, segundo Brêtas (1997), pensar em criar diferentes formas de inseri-los no mercado de trabalho e formular cursos de capacitação para o desempenho de novas funções é uma responsabilidade para um país que vive uma mudança significativa em sua composição etária, somente assim o idoso reingressará no mercado de trabalho sem ocupar a vaga de um trabalhador mais jovem.

Um serviço que também precisa de sérias transformações é o transporte público. Esse setor deve promover uma adequação dos ônibus e terminais, assim como melhorar o acesso e as informações nestes e nos pontos de ônibus. As empresas precisam estimular e promover um treinamento para que motoristas e cobradores tratem melhor os idosos, além de lhes garantir o direito da passagem gratuita a partir dos 65 anos.

O idoso teria uma menor dificuldade de enfrentar toda essa situação se a sociedade fosse menos preconceituosa e não houvesse tanta discriminação. Pois, na maioria das vezes, ele é tratado pelos mais jovens como um inútil sendo jogado num canto qualquer.

A sociedade, ao contrário do que acontece, deve promover uma maior interação com o idoso de modo a estimulá-lo a lutar pelos seus direitos. Estimular a alfabetização, a maior conscientização desse grupo e a reciclagem profissionais, inclusive dentro das entidades assistenciais. Promover campanhas educativas contra a violência e os maus-tratos e que destaquem o valor do idoso.

O papel da família é bem maior do que o da sociedade pois, além da responsabilidade atribuída, essa instituição deve dar importância à relação afetiva, essa pode transformar todo quadro emocional e de saúde nos idosos. Se a família tem um bom relacionamento de carinho, amor, respeito e compreensão, com certeza, oferecerá um ambiente mais tranquilo e saudável para o idoso.

Assim, todos possuem e devem assumir sua parcela de responsabilidade diante dos idosos. O desafio é grande, porém se cada um fizer sua parte poderemos ter a garantia de uma vida digna. Através dessas propostas, e obviamente outras com o mesmo objetivo que certamente aparecerão, pode-se promover para os envelhecidos a possibilidade de uma melhor qualidade de vida, ou então, teremos um futuro tão incerto quanto o presente dos mais de 15 milhões de idosos brasileiros.

“É preciso que, valorizando a velhice, o homem se torne mais verdadeiro, mais seguro, mais dono de si, que assuma seu verdadeiro lugar na vida e sinta orgulho de velho; e não apenas o usuário da experiência e da sabedoria, porque está continuando, sem angústia, uma etapa de sua existência.” (BACELAR, 2002: 135).

Bibliografia

- BACELAR**, Rute. Envelhecimento e produtividade: processos de subjetivação. 2ª ed. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 2002.
- BECHER**, Bertha K. **EGLER**, Cláudio A. Brasil: Uma nova potência Mundial na economia-mundo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BRAGA**, Pérola Melissa Vianna. Envelhecimento, ética e cidadania. Acessível em: www.uniplc.net/ensino/cursos/cursos_ementasver.php?id=42&id_grade=37&grade+Psicologia%20%20Grade%20%5B1%5D. Acesso em 03/05/2007.
- BRÊTAS**, Ana Cristina Passarela. Envelhecimento e trabalho IN: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. SCAVONE, Lucila (orgs.) et al. Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia: AB editora, 1997. (p. 61 – 67)
- CANÔAS**, Cilene Swain. A condição humana do velho. São Paulo: Editora Cortez, 1983.
- CARAMANO**, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: Uma contribuição demográfica. IPEA. Textos para discussão nº. 858, Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 de jan. de 2007.
- CARSTENSEN**, Laura L. Motivação para o contato social ao longo do curso da vida: Uma teoria de seletividade socioemocional. IN: NERI, Anita Liberalesso (org) et al. Psicologia do envelhecimento. Campinas/ São Paulo: Papirus Editora, 1995. (p. 111 – 144).
- DALLARI**, Dalmo de Abreu. O destino dos velhos em nossa sociedade. São Paulo. 1991. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 08 de jan. de 2007.
- DIAS**, Jefferson Aparecido. ARRUDA, Mariana Rodrigues Chagas de. O Resgate da cidadania dos idosos. 2005. Disponível em: www.prsp.mpf.gov.br/marilia. Acesso em: 20 de dez de 2006.
- GUIDUGLI**, Odiebler S. A Espacialização do envelhecimento populacional e dos idosos no estado de São Paulo. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Disponível em: www.abep.nepo.unicampi.br/programa2000. Acesso em: 05 de dez de 2006.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. O direito a velhice: os aposentados e a previdência social. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MENESES, Neilson Santos. Envelhecimento populacional em Aracaju. IN: **ARAÚJO**, Hélio Mário de et all. O ambiente urbano: Visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão / Sergipe: Departamento de geografia da UFS, 2006. (p. 115 – 139).

MOREIRA, Morvan de M. Envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. Revista brasileira de estudos populacionais, Campinas, v. 15, n.1, jan./jun., p. 79 – 93. 1998.

_____ Mudanças estruturais na distribuição etária brasileira: 1995 – 2050. Trabalhos para discussão nº117/ 2002. Disponível em: www.fundaj.gov.br. Acesso em: 21 de nov. de 2006.

NAJBERG, Sheila. IKEDA, Marcelo. Previdência no Brasil: Desafios e Limites. Disponível em: www.bndes.gov.br. Acesso em: 11 de nov. de 2006.

PASTORINE, Alejandra. A Categoria “Questão Social” em debate. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 4ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1998

www.ibge.gov.br (Censos demográficos de 1970, 1991, 2000)

www.previdenciasocial.gov.br

www.espaçoacademico.com.br

www.catedralgo.com.br/Noticias_Arqui

www.diariodonordeste.globo.com/materia